



Cidadãos estão se afastando da política, dizem especialistas

Arte de Roberto Szejnino sobre foto de Edilson Rodrigues/Agência Senado



Distanciamento popular seria evidenciado pelo aumento da abstenção nas eleições mais recentes e pelas manifestações de junho de 2013

Especialistas ouvidos pela Agência Senado analisaram o crescente desinteresse do cidadão pela política. Para eles, o engajamento das pessoas tem diminuído mesmo nas democracias mais consolidadas,

embora não haja ainda uma explicação concluída para o fenômeno.

Os analistas concordam, no entanto, que os índices de abstenção eleitoral no Brasil, inferiores a 20%, não são preocupantes. **3**

O atual sentimento antipolítico da população pode ser reflexo das manifestações de rua em junho do ano passado, segundo analistas

Ex-diretor da Petrobras vai para prisão domiciliar

Paulo Roberto Costa, que fez acordo de delação premiada sobre corrupção na Petrobras, deve deixar hoje a Superintendência da Polícia Militar em Curitiba, onde está preso, e seguir para o Rio

de Janeiro, onde mora. Ele usará tornozeleiras eletrônicas até o julgamento. A CPI Mista da Petrobras quer acesso aos depoimentos de Costa e aguarda apenas a homologação da delação premiada. **3**

Proposta veta devolução de verbas alimentares

Servidores que receberem valores indevidos relativos a verbas alimentares, depositados em suas contas por erro da administração pública, poderão ter o direito de ficar com o dinheiro, sem

precisar devolvê-lo aos cofres públicos. Isso é o que prevê projeto de lei que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça. Tribunais vêm tomando decisões nesse sentido. **2**

Texto resguarda uso de dinheiro público em crise bancária **3**

Legislativo é protagonista na avaliação de políticas **4**

Senadores discutem projetos sustentáveis **4**

Estudante voluntário pode ter créditos

Projeto de lei em análise na Comissão de Educação e Cultura prevê a conversão do trabalho voluntário em crédito curricular para estudantes de cursos de graduação. O texto argumenta que o serviço voluntário é uma importante oportunidade de aprendizado profissional, valorizado por muitas empresas em processos de recrutamento de pessoal. **2**



Reprodução/Complexo Pequeno Príncipe

Trabalho voluntário de universitários pode ser aproveitado na grade curricular

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Retirada e reconstrução da mama em uma só cirurgia.
Lei 12.802/2013

Secom — Criação e Marketing

O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca

O Congresso Nacional aprovou a lei que obriga o SUS a fazer a retirada e a reconstrução da mama afetada em uma só cirurgia, quando não houver contraindicações. Uma medida que valoriza a autoestima da mulher.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Projeto evita devolução de verba alimentar por servidor

Texto analisado em comissão garante o direito de não devolver valores de natureza alimentar que tenham sido depositados em razão de erro da administração pública e recebidos de boa-fé

O SERVIDOR PÚBLICO ativo ou inativo e seus pensionistas poderão ter direito de ficar com valores de natureza alimentar depositados por engano pela administração pública. É o que prevê o PLS 150/2014, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Apresentado pelo ex-senador Cidinho Santos, a proposta altera a Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal, para vedar a devolução de valores recebidos de boa-fé pelo administrado ou pelo servidor público, em decorrência de interpretação errônea ou inadequada da lei por parte da administração pública.

Cidinho observa que é pacífico, na jurisprudência atual, o entendimento de que não cabe a restituição de valores de natureza alimentar nas

situações descritas na proposta. O autor diz que é preciso positivizar esse entendimento, para evitar que pessoas sejam prejudicadas e se vejam obrigadas a acionar o Judiciário para assegurar seus direitos.

A interpretação atual, observa Cidinho na justificativa do projeto, consolidou-se a partir de decisão tomada em agosto de 2004 pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial cujo acórdão foi relatado pelo ministro José Arnaldo da Fonseca.

Decisões

Em maio de 2007, o Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a Súmula 249, que dispensa a reposição de importâncias indevidamente recebidas de boa-fé por servidores ativos, inativos e pensionistas, em virtude de erro escusável de

interpretação de lei por parte do órgão, entidade ou autoridade legalmente investida em função de orientação e supervisão, à vista da presunção de legalidade do ato administrativo e do caráter alimentar das parcelas salariais.

Em setembro de 2008, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Súmula 34, de caráter obrigatório para os órgãos e entidades do Poder Executivo da União. De acordo com a súmula, não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da administração pública. O mesmo entendimento foi adotado pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao deferir medida cautelar em mandado de segurança, em 2013.

Voluntariado pode render crédito na universidade

Para incentivar a participação de jovens no serviço voluntário, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa projeto que prevê a conversão desse tipo de atividade em crédito curricular para estudantes de cursos de graduação.

A proposta (PLS 339/2013) foi apresentada pelo ex-senador Sérgio Souza e será votada em caráter terminativo na CE. O autor propõe que até 15% do total de créditos exigidos para a conclusão do curso de graduação possam ser cumpridos por meio de atividade voluntária realizada pelo estudante.

No texto, Sérgio Souza determina que, para ser convertido em crédito curricular, o serviço voluntário deve ter afinidade com o curso, ser realizado simultaneamente aos estudos e supervisionado pela instituição de ensino em que o estudante está matriculado.

O autor argumenta que o serviço voluntário é uma importante oportunidade de aprendizado profissional, valorizado por muitas empresas em processos de recrutamento de pessoal. Observa, ainda, que é uma ferramenta capaz de desenvolver habilidades de cooperação e de fortalecer laços de solidariedade na sociedade. Conforme o projeto, a medida deve ser incluída na lei que trata do serviço voluntário (Lei 9.608/1998).

Favorável ao texto, o relator,



Projeto propõe que trabalho voluntário seja aproveitado nos cursos superiores

João Vicente Claudino (PTB-PI), observa que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê, entre as finalidades da educação superior, o estímulo ao conhecimento de problemas nacionais e regionais e a oferta de serviços especializados à comunidade.

Apesar dessa previsão legal, diz ele, o envolvimento de universitários com problemas comunitários ainda é muito pequeno, sendo o trabalho voluntário pouco valorizado pela sociedade brasileira.



"Esperamos intensa participação popular", diz a senadora Vanessa Grazziotin

Procuradoria da Mulher apoia o Outubro Rosa

Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Palácio do Buriti (sede do governo do Distrito Federal) estão entre os prédios e monumentos públicos do DF que, a partir das 18h, receberão iluminação cor-de-rosa para marcar o mês de conscientização sobre o câncer de mama.

O Outubro Rosa acontece todos os anos e tem o apoio da Procuradoria Especial da Mulher do Senado. O **Jornal do Senado** também participa da iniciativa trazendo o símbolo da campanha (um laço rosa), no alto da primeira página, em todas as edições até o final do mês.

Entre as ações previstas para outubro, está o Projeto Quintas Femininas, espaço

de debates da procuradoria, que terá três palestras sobre o assunto.

A primeira ocorre no dia 16, no Senado, com o tema "Câncer de mama: informação transparente e decisão consciente". A segunda, marcada para o dia 23, no Ministério do Esporte, será sobre "Prevenção e tratamento do câncer de mama: avanços e desafios". A última, no dia 30, na Defensoria Pública do DF, tratará de reconstrução mamária.

A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), lembrou que as palestras são abertas ao público. Também estão programadas caminhada, corrida e mostra fotográfica.

CORREÇÃO

Diferentemente do que informou o título da reportagem "Diminui o número de filiados a partidos", na edição de ontem do **Jornal do Senado** (pág. 8), a quantidade de novos filiados cresceu menos em 2014 que nos anos anteriores. O texto da reportagem está correto.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Índice de falta dos brasileiros às urnas na última eleição interrompeu o crescimento de comparecimento eleitoral que vinha sendo apresentado pelo país desde 1998

Para especialistas, afastamento da política é mundial

NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES presidenciais brasileiras, em 2010, a abstenção eleitoral cresceu pela primeira vez desde 1998. A taxa de 18,12% é inferior à média registrada nos últimos 16 anos (18,53%), mas quebrou a tendência de comparecimento eleitoral crescente que o Brasil vinha experimentando nas décadas anteriores.

Para especialistas, porém, esse número não é motivo de preocupação. Segundo Manoel Leonardo Santos, professor de ciência política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), uma abstenção de até 20% não chega a ser sinal de problemas em uma democracia.

— A política não interessa a todo mundo mesmo, não. Isso é natural. Mesmo em

democracias altamente consolidadas a participação não é total — minimiza.

Santos acredita que o país passa por um momento de afastamento dos cidadãos em relação à política, o que teria culminado nas manifestações de rua de junho de 2013.

— Tivemos um evento incomum, onde um forte sentimento antipolítico foi repercutido. As pessoas reagem a isso. Acho que esse é um problema residual. A partir do momento em que o debate vá se aprofundando, as pessoas se envolvem mais — acredita o professor.

De acordo com Acir Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), essa tendência de distanciamento dos eleitores pôde ser registrada em diferentes



Pedestres alheios à propaganda eleitoral: uma abstenção de até 20% não chega a ser sinal de problema, dizem especialistas

países em tempos recentes.

— O engajamento das pessoas tem aparentado declínio mesmo nas democracias mais consolidadas. É um padrão internacional, mas ainda não há explicação consolidada para isso — observa.

Santos e Almeida participaram do 1º Seminário de Estudos e Pesquisas no Poder Legislativo, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Voto obrigatório

Os motivos que levam o eleitor a não votar são tão desconhecidos para estudiosos de ciência política quanto os que o impulsionam às urnas.

— As razões que movem o eleitor são uma esfinge. Por que as pessoas votam quando sabem que sua possibilidade de influenciar o resultado é ínfima? Votam por algum sentimento de pertença, ou porque acham importante a democracia, e uns votam só porque é obrigatório — avalia Santos.

A obrigatoriedade do voto é, por razões óbvias, apontada como o principal motor

da participação eleitoral no Brasil. Almeida, porém, não acredita que ela conte a história toda.

— Voto obrigatório significa comparecimento obrigatório. Se você vai pensar no seu voto, é outra história. É importante ter essa distinção em mente — salienta o pesquisador do Ipea.

Um fator de peso que ainda restringe a dimensão da participação eleitoral no Brasil, segundo Almeida, é o estabelecimento recente de eleições regulares e abertas no país.

— O que falta, no caso brasileiro, é tempo. Nossa experiência democrática ainda é recente, e a constituição de laços fortes [dos partidos] com o eleitor demanda tempo. Esperar que tenhamos o mesmo grau de politização de eleitores europeus, por exemplo, não faz muito sentido.

Abstenção é maior em regiões carentes

Acir Almeida enumera uma série de fatores que se juntam para manter o eleitor em casa no domingo de eleição.

— Características das regras eleitorais, educação, aspectos socioeconômicos... No Brasil, temos diferenças regionais muito grandes e é natural que haja taxas diferenciadas por causa dessas diferenças. Isso, tirando as variáveis de natureza político-eleitoral — lista.

As diferenças regionais geram um fenômeno que o professor Manoel Leonardo Santos classifica como grave: os índices de abstenção são maiores nas regiões mais carentes do país, onde os eleitores têm menor renda, pior nível educacional e menos acesso à informação.

Essa análise é corroborada pelos dados. Dos dez estados com maior média de abstenção eleitoral entre 1994

— primeiro ano disponível na série histórica do Tribunal Superior Eleitoral — e 2010, sete aparecem entre os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, segundo o estudo mais recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

— Quem menos participa são aqueles que mais precisam participar — alerta o professor.

Projeto protege verba pública de crises

O Senado pode ajudar a evitar que recursos públicos sejam emprestados a instituições financeiras em crise bancária sem que grandes credores não cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) sejam chamados a participar da solução da crise. É o que prevê o PLS 272/2013, que torna obrigatória a dedução dos créditos remanescentes, não garantidos pelo fundo, antes da efetivação de qualquer empréstimo realizado pelo Banco Central a bancos.

O FGC é uma entidade privada que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos, até determinado valor, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência.

De Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde aguarda manifestação do relator, Francisco Dornelles (PP-RJ).

De acordo com o PLS 272/2013, poderão ser acei-



Dinheiro de correntistas é resguardado pelo Fundo Garantidor de Créditos

tos como garantia títulos ou direitos relativos a operações de responsabilidade do Tesouro Nacional, entre outros. Exceto nos casos em que as garantias sejam representadas por títulos da dívida pública mobiliária federal vendidos em leilões competitivos, o valor nominal das garantias deverá exceder em pelo menos 30% o montante garantido.

Presença do Estado

Vital disse que o Brasil evoluiu ao longo de décadas no sentido de garantir um sistema financeiro mais sólido. Ele observa, porém, que o sistema legal brasileiro é marcado pela

histórica presença do Estado na função econômica e lembra que a atividade bancária sempre foi desempenhada sob a influência do poder público.

De acordo com o senador, o Brasil precisa evoluir para que as instituições financeiras não sejam vistas como empresas garantidas pelo Estado. Ele ressalta que ganha força nas discussões internacionais, após a crise do sistema financeiro global, em 2008, a percepção de que os acionistas e os grandes depositantes e credores devem prioritariamente pagar pela resolução de uma crise bancária, em vez do contribuinte.

Paulo Roberto Costa troca a cadeia por prisão domiciliar

O juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sergio Moro, concedeu ontem o benefício de prisão domiciliar ao ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, que fez um acordo de delação premiada e detalhou um suposto esquema de corrupção na estatal. Costa está preso na Superintendência da PF em Curitiba e deverá ser levado hoje ao Rio de Janeiro, onde mora. Pelo acordo, Costa ficará cautelarmente por um ano em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica. Após condenação, fica até dois anos em regime semiaberto, e o restante em regime aberto.

Em nota, o juiz esclareceu que o pedido de transferência foi feito pelo Ministério Público e pela defesa do acusado, uma vez que ele colaborou com a Justiça. Moro também disse que as informações prestadas por Costa estão sujeitas à verificação.

A CPI Mista da Petrobras quer ter acesso a todos os

depoimentos de Costa. Na semana passada, integrantes da comissão se reuniram com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, e com o ministro responsável pelos processos da Operação Lava-Jato na Corte, Teori Zavascki, para apresentar o pedido. No entanto, conforme explicado pelo presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), esses dados só estarão disponíveis após o acordo de delação premiada ter sido homologado pelo STF.

Na delação premiada, Paulo Roberto Costa teria dado detalhes de um esquema de corrupção operado na Petrobras. O parceiro de Costa nesse arranjo seria o doleiro Alberto Youssef. Os dois foram presos em março. O ex-diretor da Petrobras compareceu à CPI Mista da Petrobras para prestar depoimento no dia 17 de setembro, mas se valeu do direito legal de não responder as perguntas.

Estudo da Consultoria Legislativa do Senado aponta importância do Congresso na avaliação de políticas públicas, cuja demanda aumenta com o amadurecimento da democracia

Consultores defendem avaliação de políticas

AVALIAR POLÍTICAS PÚBLICAS permite combater o desperdício e torna mais eficiente o gasto público, além de agregar transparência à administração e representar mais respeito aos cidadãos, que pagam os tributos. A recomendação consta do estudo *Aplicações em Avaliação de Políticas Públicas: metodologia e estudos de caso*, de autoria dos consultores do Senado Fernando Meneguim e Igor Vilas Boas de Freitas. O trabalho aborda a avaliação das políticas públicas como instrumento de atuação do Estado, lista técnicas existentes na literatura especializada e apresenta casos de avaliação de programas governamentais.

De acordo com os autores, o amadurecimento da sociedade democrática leva o Estado a ser mais questionado no desempenho de suas funções, bem como na efetividade de

suas ações voltadas a mudar a realidade socioeconômica. Assim, o estudo das políticas públicas deve abarcar desde a análise dos motivos que tornam necessária determinada intervenção até a estimativa de impactos, potenciais ou reais, medidos ao longo e após a execução do projeto.

Questionamentos

Meneguim e Freitas destacam questionamentos que merecem atenção na avaliação de políticas públicas, entre eles o reconhecimento do problema; se a política adotada é a mais eficiente e de menor custo; e se a iniciativa contribuirá para solucionar dificuldades. O estudo cita exemplos, como o método adotado para mensurar os impactos sociais do Programa de Desenvolvimento do Turismo, do Ministério do Turismo, além dos efeitos da atenção básica em saúde

nas internações hospitalares.

Os autores afirmam que a avaliação prévia de programas nem sempre é feita com o devido cuidado no Brasil. Essa lacuna torna mais importante ainda o cumprimento da função fiscalizatória do Legislativo, prevista na Constituição, segundo a qual é da competência exclusiva do Congresso fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Além disso, como instrumentos de atuação do Estado, as políticas públicas devem ser legitimadas pelo Congresso, ou seja, são instituídas por lei que define as regras a serem adotadas e os recursos a elas associados.

Os autores explicam que algumas agências reguladoras realizam consultas públicas para ajudá-las a tomar decisões, embora o conteúdo e a



Problemas no saneamento de Porto Seguro (BA) são citados pelos consultores

maneira como o processo é apresentado e conduzido nem sempre permitam uma análise minuciosa da proposta. Os consultores apontam temor e

despreparo dos agentes públicos para lidar com avaliações quantitativas, de forma que o debate sobre eficácia e eficiência mantém-se superficial.

Competência legal fortalece papel de fiscalização do Legislativo

Fernando Meneguim e Igor Vilas Boas de Freitas observam que a falta ou desorganização de dados e a consequente dificuldade de acesso à informação também explicam a baixa frequência com que são realizadas análises prévias de impacto das políticas públicas no Brasil. Eles defendem a ideia de desenvolver, nos quadros da administração pública, a cultura e os procedimentos técnicos e jurídicos para

submeter políticas à avaliação *ex post* (relativa ao que foi de fato executado), em cumprimento à atribuição constitucional do Congresso.

Os consultores avaliam que o Legislativo é a instância ideal para aprimorar a avaliação de políticas públicas, seja pela sua competência constitucional de fiscalizar o Poder Executivo e de dispor sobre o Orçamento da União, seja pela prática constante

de avaliar proposições legislativas.

Eles observam que há no Congresso pessoal habilitado para o acompanhamento e a avaliação de programas implantados ou em tramitação, embora seja necessário organizar recursos humanos e técnicos para sistematizar a atividade. Além de vontade política e preparo técnico, eles afirmam que será preciso complementar as informações contidas em bases de dados mantidas

pela administração federal.

“Ante os benefícios trazidos por uma política de avaliação do gasto público, melhor ainda seria a existência de norma legal que obrigasse os Poderes Executivo e Legislativo a realizar avaliações prévias e *ex post* dos grandes programas governamentais. Seria o marco de uma nova fase da gestão pública no país, mais transparente, profissional e eficiente”, defendem os autores do estudo.

Propostas incentivam sustentabilidade

A adoção de medidas que promovam a sustentabilidade tem sido tema recorrente de várias propostas analisadas no Senado. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 12/2014, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), concede incentivos fiscais à reutilização de recursos hídricos. A proposta está pronta para ser votada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde conta com o apoio do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB).

Cássio Cunha Lima argumenta que, além do aspecto ambiental da conservação das reservas aquíferas, há um componente econômico relevante no projeto, pois as empresas que investem na reutilização de água nos processos produtivos podem reduzir o custo de produção. A ideia é aproveitar a água que seria descartada no esgoto para outros usos, dentro de padrões de qualidade aceitáveis. Dessa maneira, diz o senador, haverá uma repercussão positiva em toda a circulação de produtos e mercadorias, favorecendo o consumidor.



Uso de energia solar para atividades de irrigação é objetivo de um dos projetos

Na mesma linha, os PLSs 3/2014, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), e 147/2014, de Alfredo Nascimento (PR-AM), concedem benefícios fiscais, que podem chegar até a isenção, para a prática e o comércio de produtos reciclados. O incentivo à sustentabilidade nas atividades de irrigação é o principal objetivo de um projeto apresentado por Fleury (PLS 68/2014). O texto altera duas leis para tratar do uso sustentável de equipamentos de irrigação e para incentivar pesquisa sobre o uso de fontes de energia alternativas.

Medidas sustentáveis também fazem parte do PLS

252/2014, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O emprego de técnicas de construção sustentável — como a implantação de telhados verdes e sistemas de aproveitamento de energia solar, águas fluviais e reutilização de água — poderá tornar-se obrigatório nas edificações de propriedade da União, quando técnica e economicamente viáveis. O projeto também prevê que práticas de construção sustentável serão divulgadas nos meios de comunicação, como forma de estimular sua adoção pela população, que pode ter incentivos fiscais.

Diretoria-Geral do Senado anuncia soluções para área de Comunicação

Os servidores da Secretaria de Comunicação Social (Secom) do Senado reuniram-se ontem com o diretor-geral, Luiz Fernando Bandeira. O encontro faz parte de uma série de reuniões com os funcionários da Casa.

Mais de 20 pessoas, entre cerca de 150 presentes, apresentaram reivindicações sobre defasagem dos equipamentos da TV Senado, mobiliário, estacionamento e capacitação de gestores, entre outros temas. Bandeira se comprometeu a analisar as questões e informou que parte dos problemas de espaço serão resolvidos com a mudança de setores da Secom do 20º e

do 21º andar do Anexo 1 para as unidades de apoio e com ampliação da área e troca do piso na TV e na Rádio. Ele disse que o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) iniciará em 20 de novembro o Programa de Desenvolvimento Gerencial e anunciou a compra de novos equipamentos e de mobiliário.

Também participaram da reunião o diretor da Secom, Davi Emerich, os diretores-adjuntos de Gestão, Ilana Trombka, e de Contratações, Humberto Lucena Pereira da Fonseca, e os representantes da Associação dos Profissionais de Comunicação do Senado (Comsefe), Cesar Resende e Deraldo Goulart.



Integrantes da diretoria conversam com servidores no Auditório do Interlegis